

1 **Ata 17/2024** – No dia vinte e três do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro, às oito horas  
2 e quinze minutos, reuniram-se os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e  
3 do Adolescente (CMDCA), Sala 2 da Escola de Governo, anexo à Secretaria de Educação, sito  
4 à Rua General Rondon, 2195, Jardim La Salle, para **Reunião Ordinária**, contando com a  
5 presença dos seguintes conselheiros/as GESTÃO 2023-2025 Jeane Deysy Buss, Diselda  
6 Soares da Cunha, Chrilei Echhardt, Maria Inês Borges Mânica, Ires Damian Scuzziato, José  
7 Agostinha Ricci, Carla Patrícia Radtke, Jennifer Thays Chagas Teixeira, Ruan Diego  
8 Rodrigues Moreira, Franz Menegasso, Rosiany Favareto, Wellington Cassio Barbosa da  
9 Silveira e Tatiane Vanilse Dreier. Registra-se também a presença de: Rodrigo Daniel Leandro  
10 (Secretaria de Assistência Social), Nayara Galdino Camillo (Conselho Tutelar I), Alan Junior  
11 Julio (Conselho Tutelar II) e Irineu Antenor Ludvig (Conselho Tutelar II). A presidente Ires inicia  
12 a reunião agradecendo a presença de todos e faz a leitura da **PAUTA: a)** Deliberar pelas atas  
13 nº 13 e 14 de 2024; **b)** Deliberar pelo Regimento Interno do Conselho Tutelar; **c)** Deliberar pela  
14 inserção da Casa de Semiliberdade de Toledo no Plano Operativo Municipal – POM; **d)**  
15 Apresentação do Núcleo de Estudos e Defesa de Direitos da Infância e da Juventude  
16 (NEDDIJ) de Toledo/PR; **e)** Monitoramento (2023 e 2024) do Plano Municipal de Convivência  
17 Familiar e Comunitária e de Acolhimento 2022-2025; **f)** Relatos das Comissões de trabalho do  
18 CMDCA; **g)** Relatos dos representantes do CMDCA em Comissões e Conselhos. **INFORMES:**  
19 **a)** VIII Encontro Municipal da Socioeducação; **b)** Lançamento Campanha Legal 2024; **c)** Dia  
20 Nacional do Conselheiro Tutelar - 18 de novembro; **d)** Correspondências recebidas e  
21 expedidas; **e)** Outros informes. A Sra. Ires pede alteração de pauta iniciando com os informes e  
22 depois prosseguindo com a pauta, a plenária **aprova** a alteração. A Sra. Heloísa pede para  
23 incluir um ponto **h)** Deliberar sobre o parecer da Comissão Técnica sobre a Inscrição de  
24 Programas das Casas Abrigo Menino Jesus II e Menino Jesus III, a inclusão é **aprovada**. **Item**  
25 **de Informes - A VIII Encontro Municipal da Socioeducação:** A Sra. Ires diz que não  
26 conseguiu ficar durante todo o evento, porém os relatos foram com muitos elogios, o relato de  
27 alguns adolescentes foram muito ricos, assim como do Sr. Alex. A Sra. Rosiany fala que é um  
28 tema delicado, mas que foi um evento muito rico. O Sr. Wellington agradece aos presentes e  
29 diz que esteve presente o Coordenador Estadual de Socioeducação, e foi maravilhoso todas  
30 as palestras. **Item de Informes B - Lançamento Campanha Legal 2024:** A Sra. Ires diz que  
31 foram acolhidos na Aldeia com um excelente café da manhã, um momento descontraído no  
32 meio da natureza, o Sr. Lineu fez falas acolhedoras. A Sra. Maria Inês diz que houve uma

33 mobilização maior das Cooperativas de crédito, que apoiaram com as mídias e divulgação,  
34 que também houve um apoio forte do CMDCA através da Sra. Heloísa que sempre respondeu  
35 tudo imediatamente, que houve uma onda de compromisso, e que quando um conselho como  
36 o CMDCA consegue transmitir algo através de suas ações, isso agrega na sociedade, portanto  
37 só têm a agradecer e convida os demais conselheiros a se engajarem nas ações. O Sr.  
38 Agostinho fala que achou legal a participação das cooperativas e dos contadores e que, os  
39 contadores dizem que o arrecadado ainda é pouco, que pode ser arrecadado mais e viu o  
40 entusiasmo e o desejo deles. A Sra. Maria Ines diz que as visitas também ajudaram e que neste  
41 ano de 2024 já foi superada a arrecadação do ano anterior e espera que para 2025 se repita  
42 ou supere. A Sra. Ires diz que também percebeu que muitas empresas estão engajadas,  
43 agradece a todos e diz que é apenas o pontapé inicial. A Sra. Heloísa pontua que o vídeo ficou  
44 muito bom e foi muito importante para quem destina saber onde está sendo aplicado o  
45 dinheiro, com relação ao site da campanha, ela diz que tem agora um link que clica e direciona  
46 para o vídeo no youtube para quem vai fazer a destinação poder assistir. **Item de Informes C -**  
47 **Dia Nacional do Conselheiro Tutelar - 18 de novembro:** O Sr. Wellington diz que no dia  
48 dezoito de novembro é o dia do Conselheiro Tutelar e ainda há por parte da sociedade um  
49 desconhecimento sobre a atuação do Conselheiro Tutelar, fizeram uma reunião entre a SMDH,  
50 CMDCA e os Conselhos Tutelares pra deliberar as ações para conscientização, então já foi  
51 elaborado um cartaz, um folder e um flyer para divulgar sobre os serviços e a atuação do  
52 Conselho Tutelar. Ela continua dizendo que o cartaz será colocado em instituições gov e não  
53 gov e fala sobre quando acionar o Conselho Tutelar, os flyers são para toda a população e  
54 estão em uma linguagem bem acessível para todos, não traz nenhum artigo do ECA, por  
55 exemplo, já os folders que conseguem trazer mais informação traz um pouquinho do ECA e  
56 também quando acionar o Conselho Tutelar e é mais voltado para servidores ou profissionais  
57 que atuam nas OSCs com atendimento a criança e ao adolescente. A Sra. Maria Ines sugere  
58 que os Conselheiros Tutelares passem no ano que vem nas OSCs fazendo essa divulgação. A  
59 Sra. Nayara diz que isto já havia sido decidido na reunião que o Sr. Wellington comentou e já  
60 estão com a programação para as divulgações no início do ano que vem, com visita nas  
61 escolas, entre outros, para que tenha um atendimento mais efetivo. O Sr. Rodrigo, servidor do  
62 município, traz para debate do Conselho o primeiro ponto, famílias acompanhadas pela  
63 proteção social especial de média complexidade, quando já foi identificada a violação de  
64 direitos da criança ou adolescente, ele diz que esta família precisa de um olhar diferente da

65 gestão e hoje não tem esse olhar, mas independente de quem está na gestão, é necessário. O  
66 segundo ponto é sobre as vagas de tempo integral, que por uma questão jurídica, para zerar  
67 as filas de espera, foram criadas as vagas de meio período, porém aponta que se os pais  
68 deixam no CMEI é para o desenvolvimento e aprendizado, mas também uma questão da  
69 necessidade de cuidado, portanto a criança em meio período deixa ela vulnerável nos  
70 cuidados de terceiros, ele diz que acredita que já foi votado o PPA das escolas e CMEIS de  
71 tempo integral, mas o tempo de almoço é muito extenso e a criança fica desassistida, diz  
72 também que, com a escola em tempo integral, morre o contra-turno, e que a proposta é  
73 implantar em todas as séries. Outro apontamento é sobre o acolhimento institucional, que ele  
74 diz que ficou contente quando foi criada a comissão de pré-acolhimento, mas que hoje vê que  
75 se tornou uma comissão de manipulação de demanda reprimida de acolhimento, que havendo  
76 a eminência de uma violação de direitos, há uma blindagem, uma represa nos acolhimentos, e  
77 diz que traz este pensamento para que o CMDCA discuta. Ele diz que defende a comissão,  
78 mas que traz o debate para que o conselho discuta e traga a discussão para a próxima gestão  
79 e diz que esta não é uma fala só dele, mas que ele representa os trabalhadores do SUAS. A  
80 Sra. Rosiany diz que os dois primeiros pontos ela não vai comentar porque é uma demanda  
81 legítima dos trabalhadores do SUAS, com relação ao terceiro ponto ela fica extremamente  
82 preocupada com a palavra manipulação, e diz que participam ela, a Sra. Ires e a Sra. Tatiane  
83 como suplente, diz que as atas das reuniões da Comissão podem ser acessadas e que esta é  
84 uma percepção do Sr. Rodrigo, sendo complicado uma afirmação como esta, o trabalho da  
85 comissão é um trabalho sério que envolve técnicos e gestão e essas afirmações são  
86 complicadas. A Sra. Ires diz que o CMDCA tem uma cadeira nesta comissão, que é feita uma  
87 roda de técnicos, onde é discutido tudo que todos os serviços podem atuar para fazer o  
88 acolhimento como última possibilidade, os Conselhos Tutelares e também participam. Ela diz  
89 que é muito difícil porque os pais não aderem aos serviços porque ou são dependentes  
90 químicos, ou tem algum problema de saúde mental, é uma política pública difícil de atuar.  
91 A Sra. Rosiany reforça que o trabalho da comissão não é dizer sim ou não para o acolhimento,  
92 é engajar e envolver a rede e trocar informações e que se tome decisões a partir daí. O Sr.  
93 Wellington diz que além disso existe os estudos em rede que o profissional a qualquer  
94 momento pode trazer o estudo em rede é para entender a situação da família e se há ou não  
95 uma situação de violência, isso tem que ser mantido, além disso tem a comissão que traz os  
96 profissionais da rede e os representantes da gestão para mobilização da rede em auxiliar nas

97 demandas e necessidades das famílias e em todas as reuniões o Conselho Tutelar é  
98 convocado, ele diz também que não sendo cumprido o plano de ação e identificando-se uma  
99 nova situação de violência o acolhimento emergencial será realizado e que decisão do  
100 acolhimento é do Conselho Tutelar independente do parecer da comissão, porque os  
101 Conselhos Tutelares são órgãos autônomos perante o ECA e isso é reforçado em todas as  
102 reuniões. A Sra. Nayara confirma o que foi falado e reforça que há casos que foram realizados  
103 diversos estudos em rede, que há planos de ação em andamento e que são encaminhados  
104 para a Comissão porque são casos que os deixam um pouco inseguros, mas é o ministério  
105 público que define o acolhimento. A Sra. Heloísa sugere trazer um representante da Comissão  
106 apresentar um relatório na reunião de dezembro. A Sra. Ires propõe que a mesa diretora  
107 encaminhe solicitação aos CREAS como é o monitoramento das crianças depois de  
108 encaminhadas para a saúde e para a Assistência em relação a educação com relação a CMEI  
109 de meio período e vagas integrais, previsão de aumento das vagas. O Sr. Ruan se  
110 compromete na próxima reunião que tem apresentação de relatório apresentar as vagas  
111 integrais. A Sra. Maria Ines faz um adendo com relação as vagas integrais e as políticas  
112 públicas de assistência social e sugere que havendo dificuldade com relação as vagas  
113 integrais, porque não se utilizar das instituições já organizadas que tão bem atendem crianças  
114 e que essa discussão ainda poderá ser feita. **Item de Pauta A - Deliberar pelas atas nº 13 e**  
115 **14 de 2024:** A Sra. Ires pergunta se alguém tem alguma observação sobre as atas, a Sra.  
116 Maria Inês aponta algumas correções da ata nº 14 e a Sra. Heloísa anota para corrigir e trazer  
117 para aprovação em outro momento. A ata nº 13 é deliberada e **aprovada.** **Item de Pauta B -**  
118 **Deliberar pelo Regimento Interno do Conselho Tutelar:** A Sra. Ires diz que o regimento  
119 estava desatualizado e foi atualizado e a Sra. Heloísa diz que foi enviado junto com a pauta  
120 para apreciação prévia dos Conselheiros. A Sra. Nayara apresenta o regimento citando as  
121 modificações em relação a atualização dos endereços e onde havia escrito plantão foi  
122 substituído por sobreaviso, alteração de leis, incluíram licença maternidade porque antes não  
123 havia previsão. A Sra. Ires comenta que a lei também está em atualização. É deliberado para o  
124 encaminhamento para a comissão técnica. **Item de Pauta C - Deliberar pela inserção da**  
125 **Casa de Semiliberdade de Toledo no Plano Operativo Municipal – POM:** O Sr. Wellington  
126 diz que ele é representante do CMDCA no POM, existe a PNAE SAE que é a Política Nacional  
127 de Atenção Integral a Saúde do Adolescente em Conflito com a Lei, e esta PNAE SAE tem o  
128 POM de quatro anos tanto da casa de Semiliberdade, como instituições de semiliberdade e de

129 internação e já foi trazido que a casa de semiliberdade ainda não recebe cofinanciamento, foi  
130 enviado para a secretaria de saúde pelo CMDCA a exigência da inclusão da casa de  
131 semiliberdade e a secretaria de saúde já fez o encaminhamento a secretaria de estado de  
132 saúde (SESA) e a SESA já encaminhou para o ministério da saúde, foi exigência da PNAE  
133 SAE que haja um profissional de referência do município, que não tinha até então na casa de  
134 semiliberdade, porque tem que ser um profissional diferente do SENSE, por exemplo, e hoje já  
135 temos a assistente social Sra. Ruth Lemos com carga horária exclusiva de cinco horas  
136 semanais, então já está tudo certo. Diz que a SESA vai homologar no final de outubro porque  
137 estava esperando passar o período eleitoral, portanto a casa de semiliberdade em breve  
138 receberá recurso, e diz que na verdade este é somente um informe. **Item de Pauta D -**  
139 **Apresentação do Núcleo de Estudos e Defesa de Direitos da Infância e da Juventude**  
140 **(NEDDIJ) de Toledo/PR:** A Sra. Katieli vem apresentar o NEDDIJ, ela diz que NEDDIJ é um  
141 projeto de extensão vinculado a Unioeste, existem outros NEDDIJs no estado, diz que a  
142 equipe conta principalmente com profissionais de direito para atendimento jurídico, tem o  
143 Prof.º Celito coordenador de direito e a advogada Ester, e o NEDDIJ de Toledo conta com  
144 profissional de psicologia, que não é a realidade de todos os NEDDIJs, pois podem ter  
145 assistente social ou pedagoga, ela diz que ela é a profissional de psicologia e também tem a  
146 coordenadora Sra. Rejane e duas estagiárias de direito. Ela apresenta que o NEDDIJ tem a  
147 finalidade de consolidar uma rede de atendimento e defesa dos direitos da criança e do  
148 adolescente que se encontrem em situação de risco, tendo seus direitos violados ou  
149 ameaçados de serem violados, assim como àqueles a quem se atribui a prática de atos  
150 infracionais. O Núcleo colabora com o Sistema de Garantia de Direitos ao público  
151 infantojuvenil e suas famílias por meio de Atendimento Psicológico e prestação de Assistência  
152 Jurídica. Somos uma equipe multidisciplinar composta por um Coordenador e Orientador da  
153 área do Direito, um Orientador da área da Psicologia, um Advogado e um Psicólogo, além de  
154 dois estagiários de graduação dessas áreas. Os requisitos para atendimento são: envolver  
155 defesa dos direitos de crianças e adolescentes renda do núcleo familiar inferior a 3 (três)  
156 salários-mínimos. Estão localizados no endereço: Toledo, Jardim Santa Maria, Rua Guaira,  
157 dentro das instalações da UNIOESTE, 2º andar do bloco B3, sala 207c O encaminhamento  
158 deve ser feito por ofício e direcionado ao e-mail toledo.neddij@unioeste.br, contendo os dados  
159 pessoais (como nome completo e contato) e a demanda do assistido. Atendimento Jurídico:  
160 Assistência Jurídica para crianças ou adolescentes em situação de violência e/ou

161 vulnerabilidade; Reconhecimento ou investigação de paternidade; Defesa do adolescente em  
162 conflito com a Lei Adoção Alienação Parental; Divórcio para casais com filhos menores de  
163 idade; Regularização de pensão e visitas Ação de alimentos; Execução de alimentos; Entre  
164 outras ações que envolvam o direito da criança ou adolescente; Atendimento Psicológico:  
165 Avaliação Preliminar com a participação da família, criança ou adolescente, instituição escolar  
166 e demais instituições; Articulação com a Rede de Saúde e Assistência Social para a inserção  
167 da criança ou adolescente nos serviços que se fizerem necessários; Atendimento  
168 Interdisciplinar: Palestras, capacitações, rodas de conversa e demais processos formativos e  
169 Psicoeducação, direcionados as instituições escolares e à Rede sobre temas relacionados aos  
170 direitos e à saúde mental infantojuvenil; Esclarecimento de dúvidas para os profissionais da  
171 Rede. Ela diz que os atendimentos são espontâneos, mas mesmo assim precisa de  
172 agendamento e muitos encaminhamentos por ofício por e-mail que é muito importante pois o  
173 caso já vem mais detalhado. Ela diz que quanto aos agendamentos ela disse que é  
174 necessário, porque os atendimentos são demorados e as profissionais podem estar em  
175 audiência e não é possível não estar presente em uma audiência para atender alguém e  
176 finaliza dizendo que este serviço não substitui nenhum outro, mas vieram somar à rede de  
177 proteção e se colocam à disposição para mais esclarecimentos. A Sra. Ires agradece a  
178 apresentação. **Item de Pauta E - Monitoramento (2023 e 2024) do Plano Municipal de**  
179 **Convivência Familiar e Comunitária e de Acolhimento 2022-2025:** O Sr. Wellington inicia  
180 apresentando o monitoramento de 2023 e 2024, dizendo que já foi enviado por e-mail aos  
181 conselheiros mas, apresenta que havia, por exemplo, como meta Desprecarizar os vínculos  
182 trabalhistas das equipes que atuam nos serviços socioassistenciais e na gestão do SUAS, e foi  
183 enviado para todas as secretarias para que preenchessem de acordo com as suas políticas  
184 quais ações foram realizadas, e ele apresenta o que foi realizado em 2023 e 2024. Por ser um  
185 documento extenso e tendo sido encaminhado para apreciação previamente, o Sr. Wellington  
186 diz que não vai ler todo o documento, mas diz que todas as secretarias responderam e  
187 enviaram no prazo. A Sra. Tatiane da comissão de monitoramento, diz que na verdade tiveram  
188 muita dificuldade, que estavam cobrando as secretarias desde o início do ano e que a Saúde  
189 foi uma das últimas secretarias a responder, por isso estão apresentando somente agora. Ele  
190 pergunta se há alguma dúvida, não havendo ele encerra a apresentação. **Item de Pauta H**  
191 **Deliberar sobre o parecer da Comissão Técnica sobre a Inscrição de Programas das**  
192 **Casas Abrigo Menino Jesus II e Menino Jesus III:** A Sra. Heloísa explica que este ano foi

193 atualizada a resolução o registro de entidades não governamentais e foi criada a resolução de  
194 inscrição de programas governamentais e não governamentais e foi separado a questão da  
195 aprendizagem, socioeducação. Ela diz que foi observado que as entidades que não tinham  
196 seus registros ou inscrições de programas aprovados, não estava sendo publicado, e a  
197 Comissão entendeu ser importante essa resolução, inclusive para finalizar o processo e não  
198 ficar o protocolo em aberto, este é um dos casos, porque as Casas Abrigo Menino Jesus II e  
199 Menino Jesus III solicitaram a inscrição de programas e a Comissão deu parecer desfavorável.  
200 A Sra. Tatiane explica que de acordo com o exigido para inscrição, as duas casas estavam  
201 inadequadas por questão de documentação e já havia sido prorrogado o prazo para  
202 apresentação de documentação, por isso foi dado o parecer desfavorável. Ela continua  
203 dizendo que houve outras entidades para análise, que em outubro a comissão se reuniu duas  
204 vezes e a outra entidade está com o prazo de diligência. A Sra. Maria Inês relata que  
205 analisaram entidade Gerar que já foi pedido diligências, do CIEE também foi pedido  
206 diligências, das casas abrigo que foi indeferido e da HOESP também foi pedido diligências. A  
207 Sra. Heloísa explica que as diligências são solicitadas por ofício, que era de ambas as casas  
208 abrigo a licença sanitária e a licença do corpo de bombeiros e uma delas enviou somente a  
209 licença sanitária. Ela ressalta que as diligências foram pedidas para as casas abrigo, deixando  
210 claro que não foi indeferido num primeiro momento. A Sra. Ires chama atenção para o fato de  
211 que é importante essas licenças para as casas abrigo porque as crianças moram nela. A Sra.  
212 Tatiane explica que para a emissão dessa documentação, a prefeitura precisa dispor de um  
213 profissional que hoje não tem, que é uma pessoa que assine a questão do combate ao  
214 incêndio, então a Secretaria de Assistência Social já tinha manifestado para o órgão que  
215 responde por isso na prefeitura e eles responderam que não tem esse profissional, então não  
216 ficou claro se haverá a contratação de uma empresa terceirizada para isso ou um profissional,  
217 mas é um movimento de pressionar porque outras entidades e locais municipais que atuam  
218 com a criança e o adolescente terão esse mesmo problema, então a comissão entendeu que o  
219 parecer desfavorável é também um movimento de pressão para a resolução deste problema. A  
220 Sra. Ires sugere que seja encaminhado ao gabinete do prefeito um ofício com o parecer da  
221 comissão e solicitando providências e o conselho delibera pelo **indeferimento** da inscrição e  
222 encaminha para a publicação. **Item de Pauta F - Relatos das Comissões de trabalho do**  
223 **CMDCA: Comissão de Revisão da Lei:** O Sr. Wellington diz que fizeram as atualizações da  
224 lei e encaminharam para o jurídico para encaminhar para a câmara de vereadores; **Comissão**

225 **de Socioeducação:** O Sr. Wellington diz que a comissão se reuniu para finalizar os ajustes do  
226 encontro que já ocorreu e estão construindo o fluxo de atendimento para quando o  
227 adolescente for apreendido cometendo algum ato infracional, o que o CT faz, o que a polícia  
228 faz para ter isso por escrito e provavelmente sairá a resolução pelo CMDCA; **Comissão do**  
229 **Agente de Cidadania:** O Sr. Wellington relata que há oito agentes de cidadania no CJU  
230 Coopagro e no CJU Europa haviam nove, vieram mais sete e saltou para dezesseis. **Item de**  
231 **Pauta G - Relatos dos representantes do CMDCA em Comissões e Conselhos: Comissão**  
232 **de Convivência Familiar e Comunitária:** A Sra. Tatiane relata que a comissão se reuniu no  
233 dia oito de outubro justamente para dar andamento ao foi solicitado pela mesa diretiva do  
234 CMDCA da construção do fluxo em relação à compreensão em relação aos Conselheiros  
235 Tutelares, então nesta reunião os presentes leram documentos para começar a fazer e foi  
236 solicitado para os Conselheiros tutelares, para próxima reunião que será dia dezenove de  
237 novembro, uma espécie de resumo dos procedimentos que são realizados por eles nas  
238 ocasiões de acolhimentos emergenciais para a comissão ter uma ciência do que está  
239 ocorrendo e construir esse fluxo que foi solicitado. **Item de Pauta D - Correspondências**  
240 **recebidas e expedidas:** A Sra. Heloísa diz que este mês foram expedidos muitos ofícios  
241 referentes ao convite do Encontro de Socioeducação e da Campanha Legal e foram enviados  
242 em conjunto com a SMDH, outra demanda foi do judiciário com relação a um acolhimento  
243 institucional que foi revogado, isso resultou em um encaminhamento ao RH tomar as  
244 providências, também foi recebido um ofício do Conselho Tutelar com diversas situações,  
245 trouxeram demandas relativas a educação municipal o que gerou encaminhamentos para a  
246 SMED, solicitando esclarecimentos, eles retomaram a questão do cigarro eletrônico, ela diz  
247 que eles já haviam trazido esta demanda e já haviam sido feito encaminhamentos, mas agora  
248 retomaram isto, disto foi encaminhamento para a saúde, assistência social, SMDH, núcleo de  
249 educação solicitando campanhas de prevenção e de orientação para quem já faz o uso;  
250 trouxeram também demanda com relação as filas do atendimento de psicologia da saúde, mas  
251 não ficou claro qual serviço é, se é ambulatório ou CAPS I, então solicitaram esclarecimentos  
252 para o CT; a Sra. Heloísa diz também que eles apresentaram questionamento sobre os  
253 patinetes elétricos que foram encaminhados para a Guarda Municipal, mas ela já antecipa que  
254 no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa também houve esses questionamentos e  
255 a guarda estava presente e eles comunicaram que a campanha está pronta e eles vão  
256 começar a divulgação agora, mas a legislação municipal não será viabilizada agora porque,

257 para criar uma lei é preciso criar uma forma de fiscalizar e hoje eles não tem como fiscalizar  
258 isso, e também eles não tem como obrigar a usar capacete, por exemplo, porque o próprio  
259 CONTRAN não prevê isso e diz também que a Guarda está com campanha de  
260 conscientização sobre utilizar a faixa de pedestres; ela diz também que outro questionamento  
261 é que foi solicitada capacitação, mas eles não falam em qual área precisam ser capacitados,  
262 então pediram que eles listem qual a necessidade de capacitação deles para então cobrarem  
263 a SMDH ou o próprio conselho, diz que também solicitaram ao CT atas ou ofícios que  
264 comprovem que eles também solicitaram essa demanda para a secretaria, porque muitas  
265 vezes a secretaria não está sabendo e eles encaminham para o CMDCA. A Sra. Heloísa diz  
266 que eles também questionaram os inquéritos administrativos, mas que já foi respondido que  
267 este é o trâmite legal e que o próprio CONANDA prevê isto e também, deste ofício resultou  
268 numa orientação sobre a escrita oficial. Com relação a estas demandas a Sra. Heloísa diz que  
269 vai trazendo as respostas deles conforme chegarem. **Item de Pauta E - Outros informes:** A  
270 Sra. Maria Inês convida os Conselheiros para o bazar de Natal da Casa de Maria que ocorrerá  
271 do dia seis à oito de novembro, no Mafalda Eventos. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Ires  
272 encerra a reunião ordinária e encerra-se a presente ata, a qual será encaminhada por e-mail  
273 aos conselheiros para eventuais apontamentos e na próxima reunião ordinária deste conselho,  
274 a ata será aprovada e assinada pelos presentes.